



Governo do Distrito Federal
Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

Comitê de Investimentos e Análise de Riscos

ATA - IPREV/CIAR

130ª REUNIÃO ORDINÁRIA

ATA DA 130ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS E ANÁLISE DE RISCOS DO IPREV-DF

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas e dez minutos, de forma híbrida, realizou-se a centésima trigésima Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – CIAR/IPREV-DF, instituído pela Portaria IPREV-DF nº 72/2023 como órgão responsável pelo apoio executivo da Política de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – do Distrito Federal. A reunião foi coordenada pela Diretora Presidente do Iprev-DF, Raquel Galvão Rodrigues da Silva, e eu, Elaine Cristina dos Santos Souto de Sousa, Analista Previdenciário, secretariei a sessão, que contou com a participação dos seguintes Membros Representantes do IPREV-DF: Raquel Galvão Rodrigues da Silva, Paulo Henrique de Sousa Ferreira, Thiago Mendes Rodrigues e Ramon Estevão Cordeiro Lima, e os seguintes Representantes do Governo: Márcio Augusto Almeida Ferreira, representante da Casa Civil do DF e Alexandre de Araújo Martins, representante da Secretaria de Estado de Economia do DF. E na condição de convidados: A Sra. Georgia Daphne Sobreira Gomes, representante da Câmara Legislativa do DF; o Diretor Jurídico do IPREV, Sr. Luiz Gustavo Muglia; a Chefe da unidade de Atuária, Sra. Jucelina Santana da Silva; e o Chefe Substituto da Unidade de Controladoria, Sr. Pedro Henrique Araújo Gabini. Registre-se que o material compilado apresentado na presente reunião foi encaminhado previamente ao Comitê e inserido no Processo SEI-GDF nº 00413-00000257/2025-21. Havendo quórum legal, a reunião foi declarada aberta pela Coordenadora do Comitê, que, após a leitura da Convocatória, passou para o primeiro item da pauta: **Item I – Apresentação da Conjuntura Econômica (março/2025)**. Com a palavra, o Chefe da Assessoria Especial de Estratégia de Investimento, Sr. Ramon Lima, que trouxe informações sobre o Cenário Macroeconômico Internacional, informando sobre a Decisão de Juros – FED. Em seguida, trouxe dados da inflação americana, do mês de fevereiro (2,8% em 12 meses). Apresentou também informações sobre os Títulos Públicos Americanos, as taxas de juros dos EUA e da Zona do Euro, informando que os Títulos Públicos Americanos Futuros estavam em alta. Em seguida, apresentou um quadro, com dados da CME FEDWATCH TOOL, que demonstrava a probabilidade de baixa da Taxa de Juros, a partir de junho ou julho/2025, enfatizando que, caso ocorresse, de fato, essa queda, haveria repercussão em todos os mercados. Prosseguindo, informou que o S&P 500 estava na casa dos 6000 (seis mil) pontos. Prosseguiu, então, discorrendo sobre o Cenário Macroeconômico Nacional, apresentando o Boletim Focus – relatório semanal elaborado pelo Banco Central, demonstrando informações sobre a variação do IPCA, PIB, Câmbio e Selic. Sobre a inflação, informou que estava em 5,06%, considerado alta, e que havia uma perspectiva de que houvesse ainda mais altas, o que, segundo ele, negativava o cenário. Demonstrou as NTN-B's, explicando que os Títulos

Públicos estavam bastante onerados. Em seguida, sobre o IBOVESPA, informou que estava em 122799,09 pontos, informando que grande parte da Carteira foi comprada a uma pontuação bem menor, o que tem trazido ganhos significativos para o Instituto. Em **Relatório de Investimentos referente a fevereiro/2025, item II** da pauta, o Chefe da AESIN iniciou a apresentação da carteira do Fundo Solidário Garantidor, informando os rendimentos de cada um dos Benchmarks. O valor do Fundo era de R\$ 4.164.613.177,23 (quatro bilhões, cento e sessenta e quatro milhões, seiscentos e treze mil, cento e setenta e sete reais e vinte e três centavos), a rentabilidade do mês, que foi de R\$ 23.941.946,04 (vinte e três milhões, novecentos e quarenta e um mil, novecentos e quarenta e seis reais e quatro centavos) e os rendimentos acumulados de R\$ 68.626.136,37 (sessenta e oito milhões, seiscentos e vinte e seis mil, cento e trinta e seis reais e trinta e sete centavos). Demonstrou o peso dos *benchmarks* de investimentos BDR, FIE, , FIP, IBOVESPA, IBX, IDIV e Multimercados. Demonstrou, em seguida, a distribuição da carteira, os Benchmarks e a Liquidez. Por segmentos, informou que a renda fixa representava a maior parte da carteira, representando. Em relação à liquidez, informou que a maior parte era alta ou muito alta e, ao Risco de Mercado, informou que não havia nenhum Fundo de Investimento com Risco alto ou muito alto. Quanto às operações autorizadas pelo Comitê para o mês de fevereiro, apresentou a realização da seguinte: Venda dos Títulos Públicos Federais (2045/2050/2055) com retorno positivo e para CDI/IRF-M1/IMA-B5, na importância de R\$ 132.595.816,97 (cento e trinta e dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, oitocentos e dezesseis reais e noventa e sete centavos), equivalendo a 66,30% dos R\$ 200 milhões autorizados. Demonstrou, em seguida, a Meta, a rentabilidade nominal, o índice e o valor acumulado do Fundo: Meta do mês do FSG 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento), e rentabilidade no mês de 0,58% (cinquenta e oito centésimos por cento). A rentabilidade nominal estava em R\$ 68.626.136,37 (sessenta e oito milhões, seiscentos e vinte e seis mil, cento e trinta e seis reais e trinta e sete centavos). Em seguida, sobre o Fundo Capitalizado, apresentou seu montante total e os rendimentos do mês, que foram, respectivamente, 1.499.951.605,55 (um bilhão, quatrocentos e noventa e nove milhões, novecentos e cinquenta e um mil, seiscentos e cinco reais e noventa e cinco centavos) e R\$ 13.252.910,36 (treze milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, novecentos e dez reais e trinta e seis centavos). Informou então, que, por segmento, não havia alterações relevantes e que a maior parte da carteira era composta por renda fixa. Prosseguindo, apresentou a distribuição de Benchmarks e a liquidez, sobre a qual destacou a permanência em níveis considerados altos, ou muito altos. Quanto ao risco, destacou que não havia nenhum fundo de investimento com risco alto ou muito alto. Em seguida, sobre a distribuição da carteira por Gestor, por Administrador, por Distribuidor e por Custodiante, apresentou um quadro detalhado, informando que não houve nenhuma grande mudança. Quanto às operações autorizadas pelo Comitê para o mês de fevereiro, apresentou a realização da seguinte: Realocação de CDI/Crédito Privado/IRF M1 para Compra de Títulos Públicos com vencimento até, na importância de 63.020.783,60 (sessenta e três milhões, vinte mil, setecentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), equivalendo a 78,78% dos R\$80 milhões autorizados. Demonstrou, em seguida, a Meta, a rentabilidade nominal, o índice e valor acumulado do Fundo: Meta do mês do FC 1,72% (um inteiro e setenta e dois centésimos por cento), rentabilidade no mês de 0,92% (noventa e dois centésimos por cento) e rentabilidade nominal de R\$ 13.252.910,36 (treze milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, novecentos e dez reais e trinta e seis centavos). Para o Fundo Financeiro, houve rentabilidade nominal de R\$ 1.505.857,10 (um bilhão, quinhentos e cinco mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e dez centavos); para o Fundo Administrativo (taxa de administração), houve rentabilidade nominal de R\$ 60.870,08 (sessenta mil, oitocentos e setenta reais e oito centavos). Passou-se, então, para o item **III – Apresentação e deliberação da Estratégia de Investimentos para abril/2025**. Para o FSG, as estratégias apresentadas foram: I) Realocação de Alocação Dinâmica para CDI / IRF-M1 Realocação de R\$150 milhões; II) Venda dos Títulos Públicos Federais (2045/2050/2055) com retorno positivo e para CDI/IRF-M1/IMA-B5 – R\$ 200 milhões; e III) Realocação de 100 milhões de BDR para CDI. Para o FC, as estratégias apresentadas foram: I) Realocação de IDKA IPCA 2A / IMA-B 5 / CDI para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2050 - Realocação de R\$100 milhões e II) IBOVESPA/IBX/SMALL para CDI/IRF-M1/IRF M Compra TPFs até 2050 – Realocação de R\$15 milhões. Solicitando a palavra, o Membro do Comitê, Sr. Márcio, lembrou sobre seu questionamento na reunião anterior acerca da metodologia utilizada para avaliar o impacto das realocações de ativos, indagando novamente se seria possível realizar uma análise comparativa entre o desempenho dos investimentos, caso as alocações originais fossem mantidas, e os resultados obtidos com as mudanças implementadas. Em resposta, Ramon reiterou que, em sua opinião, essa análise seria mais valiosa no fechamento do exercício. Novamente com a palavra, o Sr. Márcio sugeriu que a análise comparativa das movimentações financeiras seria ainda mais interessante se realizada em um momento intermediário do exercício, em vez de apenas no fechamento. Argumentou que essa análise intermediária permitiria evidenciar de forma mais clara as vantagens da migração de ativos. Após discussões, ficou acordado que o comparativo seria apresentado trimestralmente. Em seguida, Ramon devolveu a palavra à Sra. Raquel, que encaminhou as estratégias

apresentadas de cada um dos Fundos para votação. Após o esclarecimento de todas as dúvidas, as Estratégias foram aprovadas, por unanimidade. Seguidamente, em pauta o **item IV: Apresentação do Código de Ética do IPREV-DF**. Com a palavra, a Sra. Glaciene Campos Valério, Presidente da Comissão de Ética do Instituto, apresentou em detalhes o Código de Ética e Conduta do IPREV-DF. Em sua fala, abordou a portaria nº 60 de 20/10/2022 e o Decreto n.º 37.297/2016, que institui e regulamenta, respectivamente, o trabalho da Comissão. Destacou os princípios fundamentais do código, os deveres e responsabilidades dos servidores, os pontos mais relevantes sobre o conflitos de interesse e o nepotismo, a forma de tratamento de informações confidenciais e de relacionamento com os segurados e beneficiários. Informou, por fim, onde o Código de Ética e Conduta do Iprev poderia ser encontrado, na íntegra e as formas de contato com a Comissão. Finalizando sua apresentação, agradeceu a oportunidade e colocou-se à disposição para esclarecer dúvidas sobre o apresentado. Não havendo dúvidas, a Coordenadora do Comitê agradeceu à Sra. Glaciene e prosseguiu para o próximo item da pauta, **item V: Informes Gerais**. Nesse momento informou que já havia sido deliberado, e estava em andamento, o chamamento para credenciamento de custodiantes e agentes autônomos de distribuição. Explicou que o objetivo desse processo era ampliar o número de parceiros aptos a realizar a custódia de títulos. Buscava-se, também, atrair outros parceiros que pudessem apresentar novos produtos aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) na qualidade de distribuidores ou agentes autônomos. Informou, em seguida, que o fundo Icatu havia sido distribuído pela “Grid”, cujo cadastramento não fora renovado em cumprimento a uma decisão do Conselho Deliberativo d Instituto, que desaconselhou a continuidade da relação com esse distribuidor, devido à Operação Imprevidentes. Informou que essa recomendação foi reforçada pela auditoria da unidade de controladoria e pelo compliance. Explicou que, diante do cenário de mercado, com a renda variável apresentando baixa atratividade, a realocação de recursos para o CDI havia sido considerada oportuna, evitando prejuízos, conforme análise da rentabilidade do investimento inicial no fundo Icatu. Porém, dada a decisão do CONAD, em relação à Grid, distribuidora do fundo, considerava-se apropriado eliminar a Icatu como um dos parceiros. A realocação dos recursos foi efetuada, mas, atendendo a solicitações da controladoria e do jurídico, que emitiu nota técnica, será solicitada à Diretoria de Investimento a apresentação de uma fundamentação detalhada, a exemplo do que foi feito em relação aos fundos do exterior. A Coordenadora do CIAR explicou que essa fundamentação deveria demonstrar a evolução da alocação inicial, as retiradas subsequentes e a justificativa da operação, para ser apresentada na próxima reunião, complementando as manifestações já realizadas pela controladoria e pelo jurídico. Por fim, Não havendo quaisquer outros assuntos a tratar, e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, a sessão foi encerrada às dezesseis horas e cinquenta minutos, e eu, Elaine Cristina dos Santos Souto de Sousa, na qualidade de Analista Previdenciário, atuante na Secretaria Executiva dos Conselhos, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será disponibilizada no Processo SEI-GDF nº 00413-00000257/2025-21, para ser assinada eletronicamente pelos Membros presentes na reunião e publicada sítio oficial do IPREV-DF.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO MENDES RODRIGUES - Matr.0283130-9, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 25/04/2025, às 10:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIO AUGUSTO ALMEIDA FERREIRA - Matr.1715949-0, Membro do Comitê de Análise de Risco suplente**, em 25/04/2025, às 10:06, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE DE SOUSA FERREIRA - Matr.0271291-1, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 25/04/2025, às 17:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL GALVAO RODRIGUES DA SILVA - Matr.0283987-3, Diretor(a)-Presidente**, em 28/04/2025, às 11:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador= 169027860 código CRC= 2F1E6CE0.](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=169027860&codigo_crc=2F1E6CE0)

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SCS QUADRA 09 EDIFICIO PARQUE CIDADE CORPORATE - TORRE B - 1º ANDAR - Bairro Asa Sul - CEP -
Telefone(s):
Sítio - www.iprev.df.gov.br